

VITIMIZAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE MORTES VIOLENTAS DE POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL

Eric Rodrigues de Sales

ericrsales@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre a vitimização de policiais militares do serviço ativo pertencentes à Polícia Militar do Distrito Federal nos últimos dez anos e aborda aspectos de sobrevivência policial. Especificamente, aborda-se os crimes violentos sofridos por esses integrantes da Corporação e traz um comparativo sobre as ocorrências acontecidas em plena atividade policial e quando o militar está no período de folga. O objetivo geral é apresentar um diagnóstico sobre os óbitos de policiais militares ocorridos enquanto no serviço ativo, e trazer um panorama mais detalhado acerca dos óbitos por crime violento letal intencional fazendo uma correspondência na literatura análoga, bem como comparar ao ocorrido em outras Corporações Policiais Militares de outros estados da federação. É um estudo de abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa, categorizando as *causas mortis* das diversas ocorrências elencadas, bem como as circunstâncias em que ocorreram. Verificou-se que os policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) morrem por crimes violentos majoritariamente quando estão no gozo do seu período de folga, inclusive portando sua arma de fogo no momento do crime. Conclui-se que podem ser adotadas medidas para fomentar uma melhor capacidade de resposta e sobrevivência dos agentes estudados e diminuir essa estatística fúnebre.

PALAVRAS-CHAVE: Vitimização; Sobrevivência Policial; Polícia Militar; Mortes violentas



VICTIMIZATION AND POLICE SURVIVAL: AN ANALYSIS ON VIOLENT DEATHS OF MILITARY POLICE IN THE FEDERAL DISTRICT OF BRAZIL

Eric Rodrigues de Sales

ericrsales@hotmail.com

ABSTRACT

This article presents a study on the victimization of active-duty military police officers belonging to the Military Police of the Federal District (Brazil) in the last ten years and addresses aspects of police survival. Specifically, it addresses the violent crimes suffered by these members of the Corporation and provides a comparison of what happened during full police activity and when the military is on holiday. The general objective is to present a diagnosis of the deaths of military police officers that occurred while on active duty, and to provide a more detailed picture of deaths from intentional lethal violent crime by making a correspondence in the related literature and comparatively to what occurred in other Military Police Corporations of other Brazilian states. It is a study of both quantitative and qualitative approach, categorizing the causes of death of the several listed events, as well as the circumstances in which they occurred. It was found that the military police of the PMDF (*Polícia Militar do Distrito Federal*) die for violent crimes mainly when they are enjoying their time off, including carrying their firearm at the time of the crime. It is concluded that measures can be adopted to foster a better response and survival capacity of the agents studied and to decrease funeral statistics.

KEYWORDS: Victimization; Police Survival; Military police; Violent Deaths



1. INTRODUÇÃO

No cotidiano do povo brasileiro, notícias envolvendo tiroteios, confrontos armados são rotineiros, sejam entre facções criminosas ou entre policiais e infratores da lei. As Mortes Violentas Intencionais (MVI), com arma de fogo utilizada como instrumento, são corriqueiras, diárias nos noticiários, jornais e *sites* de notícias. Incluem-se nessas estatísticas os óbitos de policiais militares em todo o país, seja atuando à serviço da Polícia Militar que pertence, seja agindo em razão da função durante sua folga ou como vítima de ações criminosas.

Analisando a série histórica das mortes violentas intencionais (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 56), verifica-se que os números absolutos no Brasil foram crescentes entre os anos de 2011-2017, chegando à marca de 64.078, ápice em 2017, e regrediu nos dois anos seguintes, chegando em 2019 com números semelhantes ao patamar de 2011, totalizando 47.773. Por outro lado, no Distrito Federal o ápice no mesmo recorte temporal foi em 2012, com 871 mortes e os números vêm decrescendo anualmente desde então, chegando a 453 no ano de 2019. Tais dados podem ser evidenciados na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS - Números Absolutos

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
BRASIL	47.215	54.694	55.847	59.730	58.459	61.697	64.078	57.574	47.773
DF	761	871	743	767	694	659	557	505	453

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020- Adaptado pelo autor.

Especificamente, os dados demonstram que em 2018 e 2019, encontrados na Tabela 2, respectivamente, 68 e 56 policiais militares foram vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) mortos em confronto em serviço, e nos mesmos anos, 203 e 101 policiais militares foram mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço (ABSP, 2020, p. 72 e 73). Com uma análise primária, já é possível perceber que as mortes violentas vitimizam significativamente mais policiais militares durante sua folga, em relação à ação em serviço.



Tabela 2 - Policiais Militares vítimas de CVLI - Números Absolutos

	2018		2019	
	Serviço	Folga	Serviço	Folga
BRASIL	69	203	56	101

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020- Adaptado pelo autor.

Este estudo tem por finalidade realizar um diagnóstico sobre a vitimização dos policiais militares do Distrito Federal enquanto no serviço ativo, e mais especificamente, detalhar os casos em que esses indivíduos sofreram CVLI, terminologia criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, separando os casos em que ocorreram efetivamente no exercício de suas atividades e quando no período de folga.

Diante desse cenário, levanta-se as seguintes questões: Qual o impacto dos crimes violentos letais intencionais na vitimização dos policiais militares da ativa do Distrito Federal? Na realidade do Distrito Federal, tais crimes acontecem majoritariamente quando os agentes públicos estão em ato de serviço ou quando estão em período de folga? Há algum tipo de preparação específica de formação, aperfeiçoamento ou extensão que visa fomentar a sobrevivência policial no DF?

Dessa forma, o objetivo geral do estudo é compreender a vitimização dos policiais militares do serviço ativo da Polícia Militar do Distrito Federal em um recorte temporal de 10 anos, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2020. Especificamente, busca entender as causas de óbito em geral e detalhar quando o fato aconteceu por morte violenta, separando os fatos ocorridos quando o policial militar estava em ato de serviço e quando estava em período de folga.

Para atingir esse objetivo, foram utilizadas as metodologias quantitativa e qualitativa. De forma quantitativa foi dado enfoque no levantamento e coleta de dados *in loco* junto à PMDF, fazendo uma análise estatística dos dados; e, de forma qualitativa, no levantamento teórico e categorização das causas mortis. Como resultado foi verificado um panorama sobre mortes de policiais da ativa pertencentes à PMDF, no período de 2011-2020, sendo os óbitos pelas mais variadas causas, e será detalhado em tópico próprio.

Justifica-se o estudo com o intuito de discutir se um grande número dessas trágicas ocorrências poderiam ter sido evitadas, com o aprimoramento do ensino, seja com a inclusão da disciplina de sobrevivência policial, procedimento com arma de fogo durante a folga ou outra terminologia a ser discutida nos Cursos de Formação Policial e de Capacitação Continuada no âmbito das Instituições de Segurança Pública a fim de reduzir, significativamente, o número de mortes de policiais (Anais do I SUCEG – Florianópolis/SC, 2017).

Por fim, foi realizada uma ampla pesquisa referencial a fim de comparar as realidades de Polícias Militares em diferentes Unidades da Federação com a realidade da Polícia Militar do Distrito Federal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A profissão policial militar exige características de um indivíduo que não são exigidas para a imensa maioria de outras profissões. A começar pela formação, pois uma pessoa comum, após aprovação em concurso público, deixa o mundo civil e passa por um processo de capacitação, de formação que vai moldar as características necessárias para o empenho da atividade. Não raros os momentos onde os recém ingressos nessas Corporações escutam que ser policial militar é um sacerdócio, devido ao nível de exigência e dedicação necessários para poderem se formar e serem policiais militares. Tal afirmativa tem embasamento devido à natureza da atividade, pois as Polícias Militares são o braço armado dos Estados e do Distrito Federal, e a profissão policial ocupa o quarto lugar no *ranking* de profissões mais estressantes, atrás de militar das forças armadas, bombeiro e piloto de companhia aérea (COLZANI, 2016, p. 23).

O Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal traz em seu artigo 34 o compromisso de honra que o policial militar deverá prestar após o ingresso na Corporação:

Ao ingressar na Polícia Militar do Distrito Federal, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida (BRASIL, Lei nº 7.289, 1984)

Existe uma tendência que logo após o ingresso, o policial militar já tem que mostrar abnegação, inclusive dispendo de seu bem maior que é a vida, caso necessário, em situação de risco. No trabalho de Minayo *et al.* (2007, p. 4) percebe-se que ainda que sentimentos de ousadia e destemor estejam mais aguçados no grupo operacional, todos dizem que ser policial já é em si um risco.

Existe também um falso sentimento de que ao ingressar na atividade policial ou adquirir uma arma de fogo, o policial militar se torne “blindado”, “invencível” ou “imortal”, estando isento de ser atingido inclusive pela própria arma que porta. (OLIVEIRA, 2020, p. 368). Realmente trata-se de uma sensação errônea por partes desses agentes públicos, e as estatísticas mostram que uma quantidade significativa de policiais militares em relação aos efetivos das polícias perdeu suas vidas, estando armados ou não. Somente nos anos de 2018 e 2019, um total de 429 policiais militares foram à óbito por Crimes Violentos Letais Intencionais, sendo



125 em serviço e 304 na folga (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 72 e 73).

Minayo *et al.* (2007) também corrobora com a estatística de que morrem mais policiais na folga do que em serviço. E foi verificado que no ano de 2004, no Rio de Janeiro, dados de óbito por ação violenta indicaram que morreram 2,8 vezes mais policiais militares na folga do que em serviço.

Verifica-se que o fato de ser policial por si só não prepara totalmente o indivíduo a estar apto às situações de violência que ocorrem em todo seu cotidiano. Minayo *et al.* (2007, p. 4) retrata que para lidar com o sentimento de insegurança, a condição policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado. O exercício da atividade profissional invade a vida social e pessoal. A simbiose da natureza do trabalho com o modo e o estilo de vida pode ser constatada no *slogan* de um dos batalhões da Polícia Militar: “*O espelho reflete você e você reflete o Batalhão da Polícia Militar*”.

Assim sendo, para não ser vítima propriamente pelo simples fato de ser policial, exige-se um constante estado de alerta, um instinto de sobrevivência dos policiais militares. Ferreira, Cabelho e Filho (2020) afirmam que para os policiais garantirem a preservação de suas vidas, quer seja em serviço ou fora dele, 90% do resultado final se dá pela adoção de comportamentos de prevenção, 5% pela reação e 5% pela sorte. Por prevenção pode-se inferir, inclusive, comportamentos sociais, locais de frequência, leitura de cenário, companhias e atitudes que realmente podem fazer com o que o policial militar não seja surpreendido com ações que possam comprometer sua segurança e de sua família.

Nessa seara, na obra “Sobreviva, Guardiã”, Colzani (2016) traz o conceito de pirâmide da autopreservação da vida (Figura 1), que aborda a premissa de priorizar a antecipação ao problema, elencando da base ao topo a ordem de prioridades em relação ao comportamento individual.

Assim como demonstrado em outras unidades da Federação, o Distrito Federal tem a realidade de vitimização de policiais militares por mortes violentas em seu período de folga. Durante o recorte temporal abordado nessa pesquisa, entre os anos de 2011 e 2020, 32 policiais militares da ativa sofreram mortes violentas. Excetuou-se para fins metodológicos os casos de suicídio e acidentes de trânsito. Assim, foi verificado que 87,5% dos policiais que vieram à óbito por CVLI nesse período estavam no período de folga, totalizando 28 ocorrências na folga, e 4 em serviço. Percebe-se que o policial militar do Distrito Federal é muito bem formado para atuação durante seu serviço, devido ao baixo índice estatístico de vitimização por morte violenta em serviço, não sendo a única Corporação que prioriza esse norte. Ferreira *et al.* (2020) menciona que a atual metodologia de treinamento adotada institucionalmente para as instruções de tiro policial na Polícia Militar do Mato Grosso - PMMT, prepara, ou melhor, doutrina, o policial militar a operar através de uma conduta reativa (ou passiva) e exclusivamente

centrada na situação do militar de serviço, excluindo a hipótese do confronto durante o período de folga.

O fato da vitimização ser maior no período de folga acontece por inúmeros fatores, entre eles o fato do agente estar mais vulnerável, sem a proteção dos equipamentos de segurança institucional e principalmente sem o apoio direto dos companheiros de farda. (ARAÚJO, 2020, p 24). É necessária uma outra forma de agir, tanto preventivamente quanto reativamente.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro também coaduna da mesma linha, sendo que nos cursos de formação da carreira não é possível observar materiais de cunho prioritário para autoproteção individual, para os períodos de maior vulnerabilidade, a folga. É claro que conhecimentos operacionais adquiridos para o serviço, regularmente ensinados nas academias, podem ser aplicáveis fora do serviço, diminuindo assim os riscos e conseqüentemente aumentando a possibilidade e a efetividade de uma eventual defesa. (ARAÚJO, 2020, p. 32)

Percebe-se que a realidade de várias Corporações Policiais Militares no tocante ao ensino de base, de formação são semelhantes no que diz respeito ao enfoque para a atividade operacional. Em contraponto com a PMDF, o Rio de Janeiro tem muito mais policiais militares que morrem em serviço, e talvez por isso até se justifique uma formação mais voltada para esse caso. No entanto, a realidade do Distrito Federal é diferente e pode ser dado enfoque também para a conduta na folga, sobrevivência policial na folga ou outra terminologia, e não somente instrução para a atividade operacional, sendo que uma também complementa a outra. Com um percentual de quase 90% de policiais mortos por crimes violentos acontecendo na folga, pode e deve ser mudado algo na formação e ensino continuado desses policiais.

Os CVLI estudados aqui, em relação aos policiais militares do Distrito Federal ocorreram 100% decorrentes de ações com emprego de arma de fogo. Essa é uma das características desse tipo de análise e não se restringe à realidade da PMDF. Os casos ocorridos foram divididos em homicídio, latrocínio, que representam a grande maioria dos casos, e acidentes com arma de fogo que ocorreram durante ato de serviço. Assim como no DF, o Estado do Pará registra o mesmo fenômeno, sendo a arma de fogo utilizada em todos os casos registrados durante estudo análogo. Naquele Estado foi percebido que devido aos baixos salários percebidos pelos PM's, ocorre a necessidade de complementação de renda, e foi percebido que algumas vítimas estavam prestando serviço de segurança privada (BARBOSA, CHAVES e ALMEIDA, 2020, p. 14).

Comparando com outros Estados da Federação, um estudo realizado no Estado da Bahia, verificou que a arma de fogo foi o instrumento mais utilizado nas mortes de policiais, em 92,2% dos casos, em 5,9% foi utilizado arma de fogo e arma branca e em 2,9% dos casos foi utilizado somente arma branca (BONFIM *et al*, p. 7, 2020). A pesquisa traz também a informação de que 79,4% dos policiais mortos nos anos de 2015 e 2016 foram vitimados em horário de folga.



BONFIM *et al* (2020) em sua pesquisa evidencia um dado interessante, que além da maioria dos policiais vitimados terem morrido por agressão por arma de fogo e o local da maior quantidade de ocorrências ter sido a via pública, a maior parte deles portava arma de fogo no momento de sua morte. Esse dado evidencia que nesses casos, a vítima estar portando arma de fogo no momento da crise não foi um fator determinante para que pudesse sobreviver, não podendo aqui assertivamente afirmar os motivos secundários do ocorrido, mas vem ao encontro do descrito em outras literaturas, de que o simples fato de portar arma não garante a sobrevivência do policial.

Na mesma seara, o estudo feito por Alan Fernandes (2016) traz à luz que o policial vitimado estava armado em 82,20% dos casos, já excetuados os casos em que estava de serviço, em 7,63% não portava arma e no restante dos casos não foi possível afirmar, por motivos diversos, se a vítima estava armada. Essa pesquisa foi realizada com policiais militares do Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014.

Analisando especificamente os casos de latrocínio estudados na pesquisa, Fernandes (2016), levanta a seguinte hipótese:

Uma disposição constante do policial militar para o "combate", razão de estar constantemente armado. Mais do que a "defesa" do seu patrimônio, a arma significa a ele a possibilidade de suplantar seu inimigo, pois contrariamente, ser vítima de roubo, causa a ele, sobretudo, menos que o dano material, um dano de natureza subjetiva, na medida em que afeta sua valentia e seus valores guerreiros. E nessa medida, as políticas de segurança de "enfrentamento do inimigo", na medida em que são incorporadas como habitus, tornam-se vetores de sua vitimização. (FERNANDES, 2016, p. 22)

Luís Felipe Zilli (2018) em sua obra aborda o conceito de vitimização policial como sendo todas as ocorrências culminadas na morte violenta de um policial, devido exclusivamente ao exercício concreto ou potencial de prerrogativas, incumbências, doutrinas, diretrizes que dão suporte à função e à investidura como policial, inclusive os casos em que os agentes são vitimados só pelo fato de ser identificado como policial. Dessa forma, a maior parte dos estudos sobre o tema analisa os fatos ocorridos envolvendo policiais de serviço e policiais em seu horário de folga. O pesquisador fez uma análise sobre letalidade e vitimização policial em três Estados brasileiros, Pernambuco, Minas Gerais e Goiás. Um dado interessante trazido à luz no estudo foi sobre as ocorrências no Estado de Goiás:

Os registros indicam, por exemplo, que 85% dos policiais mortos e 55% dos feridos no estado entre 2009 e 2015 foram vitimados enquanto estavam "fora de serviço". Por outro lado, quase 80% dos mortos e 60% dos feridos em decorrência de intervenções policiais neste período foram vítimas de agentes que se encontravam em escala regular de trabalho. O perfil típico das ocorrências de letalidade e de vitimização policial indica, portanto,



que, em Goiás, policiais matam em serviço e morrem fora dele, em seus horários de folga. (ZILLI, 2018, p. 7)

Zilli (2018) também em sua análise acerca da letalidade e vitimização policial nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e Goiás concluiu que os agentes policiais morrem em horário de folga ou realizando outras atividades remuneradas sem vínculo com suas polícias de origem. As ocorrências acontecem quando os policiais de folga tentam agir em crimes em andamento, sozinhos e sem suporte operacional, durante atividade de segurança privada, o chamado “bico” ou quando reagem a tentativas de assalto. Normalmente os agentes portam suas armas de fogo durante sua folga e não raramente acabam sendo vítimas por elas próprias ou quando seus agressores a detectam.

As mortes violentas de agentes policiais, estatisticamente, em todo o território nacional, sejam em corporações Policiais Militares, Policiais Civis, Polícia Federal ou Polícia Rodoviária Federal acontecem, na grande maioria dos casos, durante o período de folga. Verifica-se que deve haver uma lacuna na formação inicial e até mesmo na formação continuada dos agentes policiais para esse tipo de preparação específica que contribuiria para diminuir o triste número de vítimas fatais desses crimes. Os cursos de formação policial não têm uma disciplina que verse especificamente sobre o tema Sobrevivência Policial (SP), que consistiria em treinamentos de práticas operacionais, teorias, atitudes e comportamentos voltados para a segurança do policial, inclusive, para os períodos de folga. (ARAÚJO, 2017, p. 4)

Araújo (2017) atribui o grande número de mortes de policiais na folga devido às tentativas malsucedidas de reação a assaltos e também aos “bicos”. Nos dois cenários, os agentes estão sozinhos, normalmente, sem os equipamentos que aprenderam a utilizar quando em serviço, sem colete balístico, sem suporte operacional dos seus colegas. A falta de treinamento para esse tipo de situação entre outros fatores ao se confrontar com criminosos acaba por vitimar em muitas das vezes os policiais, que acabam alvejados e vindo à óbito.

Seguindo a mesma linha de pensamento, França e Duarte (2017) corroboram que os fatos aqui pesquisados envolvem o estilo de vida de forma rotineira, o trabalho secundário como segurança, situações de roubo a PMs, o envolvimento em brigas e rixas privadas e o fato de residirem na mesma localidade de criminosos que possam a vir vitimá-los. Para os pesquisadores, um dos prismas da vitimização policial pode ser justamente tentar prever e prevenir os efeitos colaterais nocivos que surgem da investidura de se assumir socialmente a identidade policial militar. (FRANÇA e DUARTE, 2017, p. 5 e 6).

A formação dos policiais militares é de competência exclusiva das forças às quais se integram e passam a fazer parte. Verifica-se que a sobrevivência policial é uma das habilidades que pode e deve ser trabalhada a fim de se preservar o maior patrimônio que as Polícias Militares possuem, que é seu próprio recurso humano, o policial militar. De ambas as partes, das Corporações e dos Policiais, são exigidas



mudanças para minimizar o fenômeno da vitimização. Para minimizar os riscos da ação policial e garantir a sobrevivência dos envolvidos, fazem-se necessários por parte do policial a melhora do estado de Alerta e a mudança de comportamento, e por parte do Estado, investimento no efetivo e no setor de segurança pública. (CAMPOS, 2009, p. 36)

Explorando mais um estudo relevante sobre o tema, Fernandes (2016) analisou as mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo nos anos de 2013 - 2014. Na pesquisa foi verificado que 118 policiais militares (79,73%) foram vitimados durante a folga e 30 (20,27%), durante o serviço. Nota-se que a estatística é majoritária sobre vitimização dos policiais na folga nas polícias militares estaduais pesquisadas aqui neste estudo, e provavelmente, em todas as outras que não participaram da análise.

A mudança cultural e comportamental em instituições tão tradicionais quanto às Polícias Militares de todo o Brasil, incluindo aqui a Polícia Militar do Distrito Federal, instituição permanente desde o ano de 1809, não é algo que ocorre rapidamente e mais se aproxima de um processo lento, duradouro e permanente para conseguir atingir um objetivo previamente determinado. Dessa forma, o melhor ponto de partida para implementar qualquer tipo de mudança deve começar obrigatoriamente no ensino, na formação, na educação, a fim de que a cultura institucional consiga ser modificada da forma desejada. Em estudo amplo sobre vitimização dos policiais militares e civis no Brasil, Marcelo Ottoni Durante e Almir Oliveira Junior (2013) também ressaltam a importância da educação para mudança de cenários não desejados:

O reconhecimento de que a chance de o policial se tornar vítima é maior em alguns grupos específicos de policiais e não está distribuída aleatoriamente entre eles cria a obrigação de os processos de formação dos policiais buscarem discutir entre os policiais, especialmente entre os mais vitimados, a necessidade de mudar certas práticas culturalmente enraizadas que aumentaram sua chance de serem vitimados. (DURANTE e OLIVEIRA JUNIOR, 2013, p. 12)

Percebe-se que a premissa para uma mudança no cenário de vitimização dos policiais militares por crimes violentos tem como base o treinamento, a instrução, a formação primária própria da atividade. Se ser policial por si só já representa um risco aos bens tutelados mais caros a um indivíduo como sua liberdade, integridade física e sua própria vida, é premente que as Corporações devem dar a contrapartida que é melhor capacitar o agente público para que ele possa realmente sobreviver nos mais diversos cenários. É urgente que nos comovamos com as absurdas taxas de morte dos policiais, ressaltando que não existe fatalidade nessa imensa perda de vidas que tanto afeta as famílias e a sociedade como um todo. (MINAYO *et al*, 2007, p.12).

Podemos citar o autor Leonardo Colzani (2016), policial militar e especializado em Operações Policiais Especiais, que versa sobre a sobrevivência



policial e suas bases e premissas, em que todo conhecimento e treinamento adquirido fisicamente, emocionalmente e mentalmente serve para melhorar sua capacidade proativa, buscando amenizar os riscos, reduzir as falhas e condicionar o guardião à sobrevivência urbana. (COLZANI, 2016, p. 188)

A fim de fazer uma comparação entre os agentes policiais e seus agressores, por vezes algozes, em um cenário onde o criminoso sai de sua casa com a intenção de cometer certo tipo de delito violento, ele faz uma mínima preparação para tal. Um planejamento, por mais básico que seja o coloca a frente de quem não tem preparação alguma ou está mal preparado. A literatura existente tratou desse tema, podendo citar como exemplo:

Assim sendo, se o próprio infrator, na maioria das vezes, age de forma pensada, por que o policial militar também não pode agir de maneira igual, preparando-se com antecedência (tecnicamente) para esses episódios onde o crime e a violência ocasionam a vitimização de diversos policiais durante o período de folga e, inclusive, nos casos mais extremos, o óbito? (FERREIRA *et al*, 2020, p. 2)

Coadunando com a linha de pensamento aqui exposta, Oliveira (2020) reflete que se mostra urgentemente necessário as polícias brasileiras reavaliarem os métodos de treinamento para quando os integrantes estejam em trajes civis, fora de serviço e sendo vítimas de crimes violentos, sob pena de continuar-se tendo perdas irreparáveis para a família, para a corporação e para a sociedade.

A linha de pesquisa traçada para este estudo vai ao encontro de pesquisas relevantes sobre o tema aqui pesquisado por diversos autores citados. Com a explanação de um breve histórico do tema, de correntes teóricas diversas e ilustração de alguns conceitos, partimos para o método de pesquisa empregado por este autor.

3. MÉTODO DE PESQUISA

A metodologia utilizada na pesquisa teve o enfoque quantitativo e qualitativo, ou seja, misto, tendo em vista a necessidade de se fazer uma medição do fenômeno escolhido para ser estudado, qual seja, a vitimização e sobrevivência dos policiais militares do Distrito Federal, bem como uma análise documental e conteudista.

O *locus* pesquisado foi o Distrito Federal, entidade Federativa formada por 33 (trinta e três) regiões administrativas, bem como a RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, formada pelo próprio Distrito Federal e mais 33 (trinta e três) municípios adjacentes e inclusive o entorno, sendo dos estados de Goiás e Minas Gerais a maior parte das ocorrências que não aconteceram no território do Distrito Federal.

Verificou-se que várias das ocorrências estudadas envolvendo mortes de policiais militares ocorreu não somente no Distrito Federal, mas também na região



do entorno do DF e até em municípios mais distantes pertencentes à RIDE, por isso a necessidade de ampliar o *lôcus* da pesquisa.

Para efeito de estudo, foi realizada uma coleta de dados junto à Polícia Militar do Distrito Federal, mais especificamente no Departamento de Gestão de Pessoal, na Diretoria de Veteranos, Pensionistas e Civis - DVPC sobre todos os policiais militares que faleceram enquanto no serviço ativo entre o período de janeiro de 2011 até dezembro de 2020, totalizando um recorte temporal de 10 (dez) anos.

Tais dados foram colhidos de forma manual por este autor durante duas visitas à DVPC, ocorridas respectivamente em janeiro e março de 2021, tendo em vista as características de armazenamento dos dados buscados para realização do estudo. A Diretoria em questão não possui um documento digital que reúne todas as características buscadas na pesquisa, e por isso foi necessária uma coleta de dados juntos aos documentos físicos existentes.

Posteriormente, os dados foram tabulados um a um em uma planilha, totalizando um número de 172 (cento e setenta dois) policiais militares do serviço ativo que faleceram durante o período analisado, pelas mais variadas causas.

Em seguida, o trabalho foi de discriminar individualmente a *Causa Mortis* para realizar o diagnóstico sobre os óbitos ocorridos e especificar as mortes violentas sofridas pelos policiais militares. Para tanto, foram utilizadas duas plataformas institucionais, quais sejam: o SGPOL - Sistema de Gestão Policial da PMDF, onde pôde ser acessado as fichas de assentamentos dos policiais em que consta, na imensa maioria dos casos, os motivos do óbito; sistema GÊNESIS, um sistema de gerenciamento operacional de ocorrências, que foi muito útil quando se fala em mortes violentas, pois geralmente há um boletim de ocorrência policial registrado sobre os crimes em estudo no presente trabalho, sobretudo quando uma viatura da PMDF atendeu a ocorrência. Além dos dois sistemas, foi pesquisado, também, nos meios de busca disponíveis na internet.

Para efeito de dupla checagem dos dados e trazer maior fidelidade estatística para a pesquisa, este autor buscou comparar os dados entre os dois sistemas citados acima e nas publicações disponíveis na internet, conseguindo assim uma comprovação dos fatos através de mais de uma fonte de dados.

A abordagem quantitativa ocorreu com base na coleta e levantamento de dados, sendo de forma descritiva em um lapso temporal definido por este autor sobre todos os policiais militares do serviço ativo que faleceram em um período de 10 (dez) anos, de forma a ter um universo de dados que possa gerar um diagnóstico amplo sobre o fenômeno estudado, e que possa ser comparado às outras pesquisas correlatas conforme o referencial teórico já apresentado.

Foi feito um estudo estatístico de análise dos documentos pesquisados. Para efeito de melhor apresentação dos resultados e um entendimento facilitado, foi trazido em formato de gráficos e tabelas, que será apresentado na seção dos



resultados de pesquisa. Para tanto, as *causas mortis* foram divididas em 6 (seis) categorias:

1. Suicídio;
2. Covid-19;
3. Outros;
4. CVLI;
5. Acidente de trânsito;
6. Afogamento.

A categoria “outros” engloba as mortes por causas naturais, doenças diversas (exceção à Covid-19) e representa a maior parte das mortes no período estudado. CVLI são as mortes violentas de fato, e foram categorizadas individualmente, sendo as maiores causas os crimes de homicídio e de latrocínio, e uma terceira categoria criada foi de acidente com arma de fogo.

Além dessa categorização, foi descrito também se o policial estava atuando em efetivo serviço ou se o crime ocorreu em seu período de folga. Por fim, foi feito um levantamento individual se os policiais vítimas portavam suas armas de fogo durante o fato causador de seu óbito.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Minayo *et al* (2007) ressalta que, para policiais militares, a percepção de risco é absoluta, onde nenhum integrante das forças militares estaduais está isento dos riscos relacionados a atividade profissional, sendo que o trajeto para o local de trabalho, as folgas e o próprio lazer geram insegurança na percepção de todos, pois gera uma oportunidade de serem reconhecidos a qualquer momento.

Este estudo teve um público focal tão somente policiais militares que vieram à óbito enquanto estavam no serviço ativo, excluindo totalmente para fins metodológicos policiais militares da reserva remunerada ou reformados. Em um panorama sobre a vitimização policial, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2020, um total de 172 (cento e setenta e dois) policiais do serviço ativo pertencentes à Polícia Militar do Distrito Federal perderam suas vidas, pelas mais variadas causas, conforme a Tabela 3 a seguir:

Tabela 3

CAUSA MORTIS	OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM
Suicídio	11	6%
Covid19	11	6%
Outros	89	52%
CVLI	32	19%

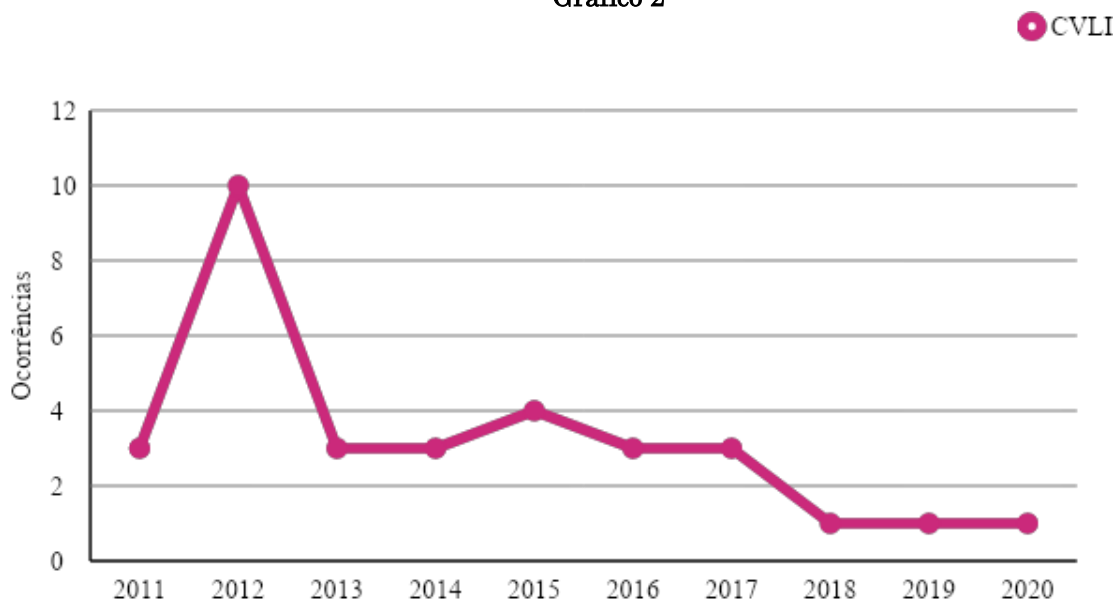
Acidente de trânsito	25	15%
Afogamento	4	2%
TOTAL	172	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se que a *Causa Mortis* "Outros" representa mais da metade das ocorrências. Dentro dessa categorização foram incluídas mortes por causas naturais e doenças diversas, excetuando-se a Covid19, categoria criada a parte para uma melhor separação devido à pandemia de coronavírus declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde. Apesar de não ser o foco do estudo, é relevante informar que a grande maioria dos casos de mortes naturais foram devido a Acidentes Vasculares Cerebrais - AVC's, infartos e outras doenças relacionadas ao coração.

Chama atenção o fato das mortes violentas serem o segundo maior causador de óbitos no público estudado, sendo responsável por 19% das ocorrências, totalizando 32 casos, uma média de 3,2 casos por ano, bem como uma média de 1,1 casos de suicídio por ano. A seguir, o Gráfico 2 contendo uma linha do tempo com a série histórica dos últimos 10 anos expondo a quantidade de CVLIs por ano de ocorrência:

Gráfico 2



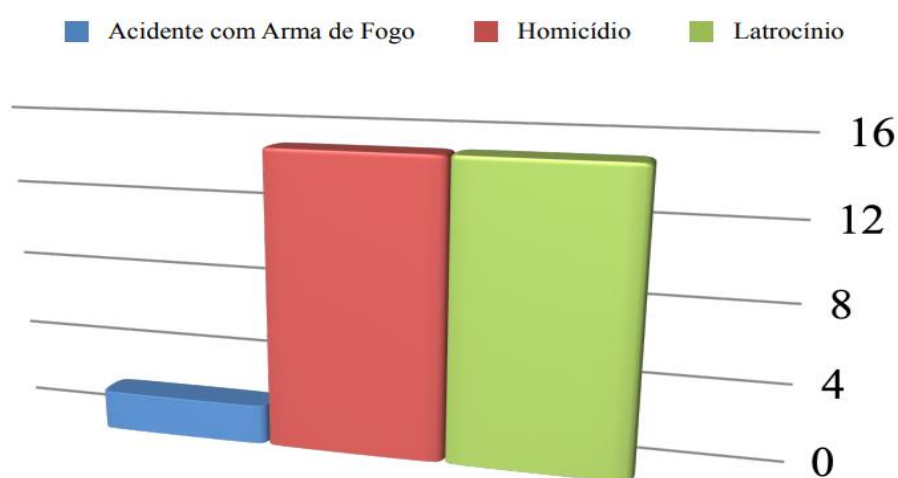
Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que houve um pico de casos no ano de 2012 e desde então os casos vem apresentando redução, por fatores que não foi possível determinar durante pesquisa. Outro dado importante a ser considerado é que nenhum ano apresentou um número inexistente de ocorrências, sendo que em todos os anos pelo menos um policial militar perdeu sua vida através de morte violenta.

Analisando individualmente cada ocorrência de CVLI, verificou-se três tipos diferentes de ocorrência. Majoritariamente foram os crimes de homicídio e latrocínio, e houve também, acidentes com arma de fogo que ocorreram enquanto as vítimas estavam em ato de serviço.

Sobre os acidentes com arma de fogo, foi verificado que as duas ocorrências aconteceram em ato de serviço. Em um deles, a vítima morreu durante um treinamento, onde era instrutor e foi ferido por uma armadilha montada por ele mesmo. O outro caso ocorreu enquanto a vítima estava em atendimento de ocorrência e foi atingido por um disparo da arma de fogo de um companheiro de equipe dentro da própria viatura.

Gráfico 3



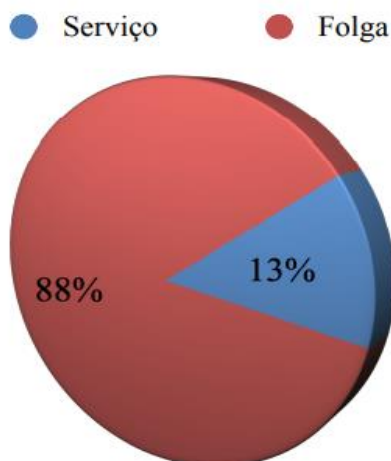
Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à separação sobre se o policial militar vítima estava em folga ou de serviço, foi verificado que a imensa maioria se encontrava no período de folga quando foi vitimado. Além dos dois casos citados acima envolvendo acidente com arma de fogo, explica-se as circunstâncias dos outros dois ocorridos em serviço.

Em um deles, o policial estava no trajeto quartel/casa, em trajes civis quando tentou conter um assalto em andamento a coletivo. Durante sua iniciativa, uma equipe de serviço da PMDF foi atender a ocorrência e um dos policiais de serviço acabou efetuando disparos na vítima policial que não resistiu aos ferimentos e veio à óbito. Conforme Decreto 57.272, de 16 de novembro de 1965, é considerado acidente de serviço quando o militar esteja no deslocamento entre sua residência e a organização em que serve. O outro caso ocorreu quando o policial estava de serviço, e durante atendimento de ocorrência de violência doméstica foi atingido por disparos de arma de fogo efetuados por um dos envolvidos na ocorrência.

Dessa forma, verifica-se que a maioria dos ocorridos aconteceu enquanto o agente estava em seu horário de folga, onde excetuando os 4 (quatro) casos pormenorizados acima, todo o restante aconteceu durante a folga dos policiais vitimados.

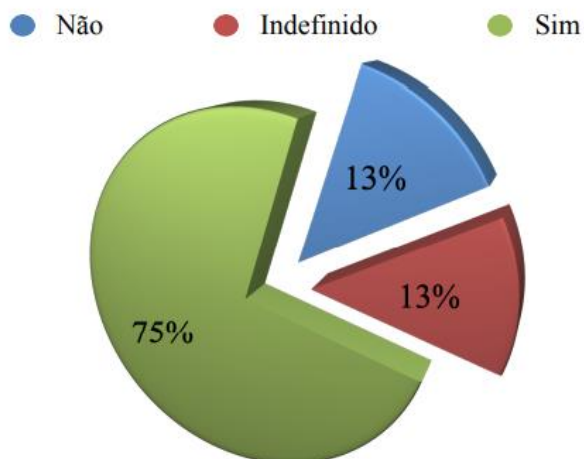
Gráfico 4



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando sob a ótica da sobrevivência policial, BOMFIM *et al* (2020) chegou à conclusão *que* a maior parte das vítimas em seu estudo portavam arma de fogo no momento de sua morte. As vítimas da PMDF aqui estudadas também, em sua imensa maioria, portavam arma de fogo durante os fatos que culminaram em suas mortes. Do total, 24 policiais portavam suas armas, 4 não estavam armados e em 4 casos não foi possível definir se a vítimas estavam ou não armadas.

Gráfico 5



Fonte: Elaborado pelo autor

Destaca-se que em 75% de todos os casos de óbitos por mortes violentas os agentes policiais portavam suas armas de fogo, fator este que se mostra preocupante, e com base em outros estudos já publicados e aqui citados, a estatística é semelhante em outras Unidades Federativas. Aparentemente, pode-se afirmar que portar a arma de fogo por si só não é um fato que garanta a

sobrevivência, podendo muitas das vezes até contribuir para a vitimização do agente.

Foi verificado que as circunstâncias dos ocorridos são bem variadas. Os fatos levantados no presente estudo vão desde crimes passionais envolvendo brigas até supostas execuções sumárias das vítimas.

Há alguns casos em que brigas familiares culminaram nos resultados trágicos podendo citar casos de briga entre o policial e seu cônjuge, além do policial e seu filho e também com enteados e outros acontecimentos envolvendo policial militar contra policial militar e policial militar contra policial civil.

Assim como apontado no estudo de Barbosa Chaves e Almeida (2020, p. 14), foi possível verificar indícios de que algumas das vítimas estivessem prestando serviço de segurança privada, e, portanto, no exercício de uma atividade remunerada paralela à de agente de segurança pública. Além da atividade de segurança privada, foi constatado também a atividade de escolta de valores durante a ocorrência.

Um fato que merece atenção é a quantidade de acontecimentos que ocorreram em bares, distribuidoras e boates. Sem adentrar ao mérito de que possivelmente os policiais estariam ingerindo bebida alcoólica e portando arma de fogo, o que é legalmente proibido, mais uma vez encontramos lastro na literatura de que a prevenção é a maior parte da sobrevivência policial. Minayo *et al* (2007) cita que a condição policial exige um estilo de vida diferenciado, adentrando sua vida pessoal e social, bem como Colzani (2016, p. 92) afirma que é preciso avaliar nosso comportamento social, e caso entendamos que esses hábitos sejam inapropriados, no que se refere a nossa segurança e de nossa família, devemos modificá-los.

Outro cenário que foi verificado como recorrente na pesquisa foi quando os policiais reagiram a assaltos ou até mesmo quando no período de folga resolvem atuar como policial, seja por iniciativa própria ou por serem chamados para tal por alguém. Zilli (2018, p. 8) aponta como causas de vitimização policial nos Estados de Pernambuco, Goiás e Minas Gerais também causas similares, como tentar intervir em crimes em andamento, durante realização de “bicos” como seguranças privados, em brigas pessoais ou reagindo a tentativas de assalto.

Independente do cenário no qual ocorreu o crime que vitimou um agente da PMDF, verifica-se que possivelmente uma, ou várias mortes poderiam ter sido evitadas com a adoção de uma série de mudanças, partindo da mudança comportamental e cultural, principalmente sobre reagir a um assalto onde o cenário não o favorece.

Não é vergonha para nenhum operador optar por não reagir àquela situação de violência a qual presencia e não se sente seguro em combater de forma exitosa. O importante é o policial sair vivo e voltar com saúde para sua família. (ARAÚJO, 2017, p. 12).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência, infelizmente, está presente no dia a dia da população brasileira. Quando falamos de indivíduos que fazem parte das forças policiais do nosso país, essa percepção é ainda mais latente. Essa pesquisa teve como ponto de partida uma preocupação do autor pelo fato de ser policial militar e vivenciar há anos um meio violento, tendo perdido vários amigos e companheiros de farda por vários motivos, e alguns vítimas de crimes violentos.

Quando iniciada a pesquisa, no ano de 2021, constatou-se um número elevado na vitimização dos policiais militares do Distrito Federal enquanto no serviço ativo. Um total de 172 (cento e setenta e dois) policiais perderam suas vidas entre os anos de 2011 e 2020. Foi verificado que as mortes naturais são a principal causa, com mais de 50% dos ocorridos. O fato preocupante descoberto durante a pesquisa e análise dos dados é que há um grande número de mortes não naturais, como suicídio, acidentes de trânsito e os crimes violentos, entre outros.

Os problemas de pesquisa foram respondidos satisfatoriamente tendo sido verificado que as mortes violentas são responsáveis por 19% da vitimização dos policiais militares do Distrito Federal, bem como que a ampla maioria dos casos acontece no período de folga dos militares. Constatou-se também que não há uma prática de ensino que seja voltada para essa temática específica.

Como objetivo primário a pesquisa cumpriu seu propósito, tendo conseguido mapear as causas de vitimização dos policiais da PMDF do serviço ativo e fazer um diagnóstico em cima desses dados. Como objetivo específico, foi feito um estudo detalhado sobre o tipo específico de óbitos por morte violenta.

Verificou-se que o policial militar da PMDF sofre desse tipo de crime quando está na folga, com mais de 87% de todos os óbitos ocorridos enquanto o agente não estava à serviço da Corporação. Um detalhe importante trazido à luz foi de que 75% desses policiais portavam suas armas de fogo durante o ocorrido que culminou em sua morte. Essas estatísticas foram evidenciadas quando comparadas à realidade de Polícias Militares de outras Unidades da Federação, onde pode ser visto que em todo o território nacional a realidade é a mesma.

Foram encontradas algumas limitações para o desenvolvimento da pesquisa, como o tempo curto para produção, o momento de pandemia de coronavírus que o mundo está vivendo e principalmente a dificuldade de encontrar os dados necessários para o objetivo procurado. Foi necessária uma ampla busca dos dados em diversos setores de gestão de pessoal da PMDF, bem como manualmente em documentos físicos e também nos diversos sistemas que a Corporação possui. Pelo fato de ser membro, esse acesso foi facilitado.

Esta pesquisa demonstrou os detalhes sobre um tipo de vitimização dos integrantes da PMDF, quando ocorreu por CVLI. Para pesquisas futuras pode-se fazer um detalhamento sobre os outros tipos elencados nesse estudo, pois verificou-se um grande número de ocorrências envolvendo mortes não naturais, além do foco principal aqui trabalhado.



Com o diagnóstico produzido ao longo desta pesquisa, este autor sugere principalmente, em termos de pesquisas futuras, que seja direcionado um esforço em estudar a melhor forma de inclusão nas matrizes curriculares de todos os cursos obrigatórios da carreira na PMDF sobre sobrevivência policial, tiro de combate, procedimentos com arma de fogo na folga, ou alguma terminologia que melhor se adequa.

Esse esforço teria uma implicação prática em melhor doutrinar, ensinar e instruir os policiais a saberem lidar da melhor forma possível com ocorrências desse tipo, e como foi demonstrado ao longo da pesquisa, evitar se colocar em situações potencialmente de risco, pois para garantir a preservação de suas vidas, os especialistas afirmam que 90% do resultado final se dá pela adoção de comportamentos de prevenção.

Por fim, a preocupação principal em fazer um estudo sobre um tema que afeta diretamente a nossa realidade é somente uma, salvar vidas. Os crimes violentos letais foram a segunda maior causa de vitimização de policiais da ativa da PMDF. Há ocorrências em que provavelmente não poderia ter sido feito nada para evitar, como é o caso de alguns crimes passionais abordados ao longo do estudo. No entanto, a questão central é: se somente uma vida pudesse ter sido salva, não valeria a pena ter envidado esforços para fazê-lo?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernando Beuren. **Sobrevivência Policial na folga e no trabalho**: Uma questão de segurança pública. SUCEG-Seminário de Universidade Corporativa e Escolas de Governo, v. 1, n. 1, p. 740-753, 2017.

ARAÚJO, Leonardo Novo Oliveira Andrade de. **A polícia que mais mata é a polícia que mais morre?** Uma análise da vitimização na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018. 2021.

Atividades de Polícia e o Uso da Força / Organizadores: Sérgio Carrera Neto, Daniele Alcântara e Frederico Afonso Izidoro...[*et al*]. 1 ed. - Pernambuco: Inoveprimer, 2020.

BARBOSA, Jefferson Fernando; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires; DE ALMEIDA, Silvia dos Santos. **Vitimização de policiais militares no Estado do Pará (Brasil) em 2019**. Research, Society and Development, v. 9, n. 8, 2020.

BARRETO, Fabiano Corrêa. **Mesmo com o sacrifício da própria vida!** O significado da morte para o policial militar. Revista Campo Minado-Estudos Acadêmicos em Segurança Pública, v. 1, n. 1, 2021.



BOMFIM, Joara Raiza Fontes Barros et al. **Mortes de policiais militares e civis do Estado da Bahia no período de 2015 a 2016**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 12, 2020.

BRASIL. Decreto 10.443, de 28 de julho de 2020. In: **Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2020.

BRASIL. Decreto 57.272, de 16 de novembro de 1965. In: **Define a conceituação de Acidente em Serviço e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 1985.

BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. In: **Dispõe sobre a Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2009.

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Questão de sobrevivência policial: minimizando os riscos da profissão**. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública, v. 3, n. 2, 2009.

CAVALCANTI, Leonardo Bernades Melo. **Sangue na farda: Vitimização policial militar no estado de Goiás**. 2018.

COLZANI, Leonardo Daniel. **Sobreviva Guardiã: Técnicas para a autopreservação da vida**. São Paulo: All Print Editora, 2016.

DE FRANÇA, Fábio Gomes; DUARTE, Anderson. **“Soldados não choram?”: Reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar**. Revista LEVS, v. 19, n. 19, 2017.

DO NASCIMENTO, Felipe Zilli *et al.* **Letalidade e Vitimização Policial em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 14, n. 2, p. 46-63, 2020.

DURANTE, Marcelo Ottoni; JUNIOR, Almir Oliveira. **Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 7, n. 1, 2013.

FERNANDES, Alan. **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, n. 2, 2016.

FERREIRA, Rodrigo Varela; CABELHO, Victor Hugo; FILHO, Edson Benedito Rondon. **Vitimização policial**. Revista Do Instituto Brasileiro De Segurança Pública (RIBSP)-ISSN, v. 3, n. 6, p. 9-52, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Brasil, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Brasil, 2020.



GÊNESIS - Polícia Militar do Distrito Federal. Brasília/DF. Disponível em: <<https://genesis.pm.df.gov.br/login.aspx?ReturnUrl=%2fdefault.aspx>>. Acesso em: 3 março 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília/DF, 2020.

LEITE, Beatriz Penedo de Freitas Radiche. **Experiências de vitimação e violência contra policiais militares do estado do Rio de Janeiro: um estudo qualitativo**. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública**. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 11, 2007.

NEVES, Marcyus. **Vitimização policial, enfrentamentos, mortes e doenças**. 2018.

OLIVEIRA, Onivan Elias de. **A vitimização policial com a própria arma de fogo**. Atividades de Polícia e o Uso da Força. 1 ed. - Pernambuco: Inoveprimer, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF. **Portaria PMDF nº 1.141 de 01 de novembro de 2020**, que aprova os Planos Diretores da Polícia Militar do Distrito Federal. Brasília/DF, 2020.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF. **Portaria PMDF nº 1.145 de 30 de novembro de 2020**, que Altera a Portaria PMDF no 742, de 27 de maio de 2011, que aprovou o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal 2011-2022 Brasília/DF, 2020.

SÁLVIA, Denis Berté. **Segurança Pública e Pesquisa de Vitimização**. 2018.

SGPol - Sistema de Gestão Policial da PMDF. Brasília/DF. Disponível em: <<https://sgpol.pm.df.gov.br/login>>. Acesso em: 3 março 2021.

SILVEIRA, Andrei Rocha Valladão *et al.* **A violência contra policiais**. *Jornal Eletrônico Faculdade Vianna Júnior*, v. 11, n. 1, 2019.

SOUZA, Ricardo de Jesus. **Vitimização Policial**. 2018.

SUASSUNA, Rodrigo Figueiredo. **O *habitus* dos policiais militares do Distrito Federal**. 2008.

ZILLI, Luís Felipe. **Letalidade e vitimização policial: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros**. 2018.